

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO¹

Rosângela Dias Simões Nunes²
Áurea Maria Costa Rocha³

RESUMO

Considerando a pertinência dos estudos sobre Identidade, este artigo objetiva aprofundar os debates que estamos desenvolvendo sobre a construção da identidade profissional docente do supervisor pedagógico. Nesse contexto, discutimos noções de Identidade, visando evidenciar contribuições de pesquisadores que abordam os elementos que constituem a profissão docente no seu processo identitário. Além de analisar os aspectos históricos da formação inicial do supervisor no que tange a superação do perfil marcado pelo paradigma tecnicista, tendo em vista a necessidade de um novo profissional reflexivo, autônomo e que busca o crescimento da qualificação docente, num contínuo em que vai construindo/reconstruindo sua identidade profissional.

Palavras-Chave: Formação Docente. Noções de Identidade Profissional. Profissão Docente. Supervisão Pedagógica.

ABSTRACT: Considering the relevance of the studies about identity, this article aims to focus the debates that we are developing on the construction of the teaching professional identity of the educational supervisor. In this context, our discussion is about notions of identity, aiming to highlight the contributions of researchers that address the elements of the teaching profession and its identity process. In addition to analyzing the historical aspects of the initial formation of the supervisor with respect to overcoming the profile marked by techniques paradigm in view of the need for a new reflective professional, autonomous and seeking growth teaching qualification in a continuous as it goes building / rebuilding their professional identity.

Key-words: Teacher Education. Notions of Professional Identity. Pedagogy Teaching Profession. Pedagogical Supervision.

¹ Artigo elaborado no II Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, modalidade a distância, da Escola de Gestores da Educação Básica, do Ministério da Educação (MEC), em parceria com Departamento de Administração Escolar e Planejamento Educacional, no Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em abril de 2015, como trabalho de conclusão do curso.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação, Núcleo de Formação de Professores e Prática Pedagógica da UFPE. Supervisora Pedagógica do município do Moreno-PE (rosadianasunes@yahoo.com.br)

³ Doutora em Educação pelo Núcleo de Formação e Prática Pedagógica – UFPE. Analista de Gestão GP/Secretaria de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco. (aurearocha@ymail.com)

INTRODUÇÃO

A Identidade Docente é um tema que cada vez mais se torna presente e desafiador no espaço acadêmico e vem se constituindo como importante objeto de investigação nas pesquisas educacionais. Nesse contexto o presente artigo busca, a partir de pesquisa bibliográfica, discorrer sobre o processo de construção da identidade profissional do supervisor pedagógico, que desenvolve funções técnicas e didático-pedagógicas no ambiente escolar, junto aos gestores, professores, estudantes, técnicos educacionais, órgãos e secretarias municipais, estaduais, acompanhando as mudanças que ocorrem no espaço educacional.

Compreendemos que a prática educativa do docente como supervisor, dentro da gestão democrática, se constrói embasada na formação profissional contínua e no desempenho de suas práticas que, se expressam no conjunto das funções que realiza, buscando desenvolver uma educação de qualidade.

Desse modo, acreditamos que o papel desse especialista vai além da atuação de *inspetor de tarefas*, marca herdada na sua concepção, uma vez que hoje referendamos nossa compreensão a partir de um novo olhar sob a supervisão, que se anuncia na discussão realizada por Cunha (2002, p. 94) na qual a supervisão: “[...] não será jamais panaceia para os impasses dos sistemas escolares, pois também se insere no contexto cultural onde se situam, objetivamente, todos os sujeitos sociais”. Além do que não temos mais a “[...] ameaça que a visão autoritária que a concebeu deixou, muitas vezes, como herança no imaginário da comunidade educativa”. E sim, a supervisão se evidencia hoje através da “importância da construção coletiva” e não mais individual “que pode ressignificar o papel pedagógico da supervisão”.

Neste sentido, ao atuarmos enquanto supervisora no município de Moreno-PE, desde 2010, com formação inicial em Pedagogia, percebemos que esta função tem elementos e características identitárias profissionais que se reconfiguram ao longo do tempo, e principalmente porque estão inseridas num cenário escolar diversificado, democrático, dinâmico, que não pode ser fechado, e que Alarcão (2013, p.33) define este cenário - a Escola - como:

[...] um mosaico em que os professores são as pedras fundamentais. Para que o mosaico tenha sentido e coerência, as funções que cada um desempenha têm de estar articuladas e ser assumidas. Mas, não obstante essa

variedade, há uma função que todos têm de desempenhar, e esta chama-se educar.

Assim, identificamos que a constituição da identidade profissional do supervisor pedagógico consiste, segundo Ferreira (2009) em atuar na complexidade do sistema educativo, com variedade de papéis, através das mudanças sociais, das políticas públicas e econômicas, das atividades do trabalho coletivo, no qual a educação brasileira desde as primeiras regulamentações do Curso de formação em Pedagogia apresenta a função de supervisão inserida no processo educacional, resguardando as mudanças ocorridas até então.

Com o objetivo de compreender elementos do processo da construção identitária docente, na função do supervisor pedagógico, que no início atuava como inspetor e, nos dias de hoje, educador de apoio, coordenador ou orientador educacional, diante de tantas mudanças, transformações e estruturas políticas que, interferem na função do supervisor e na formação do professor, destacam-se elementos que constituem essa formação, a partir dos estudos de Dubar (2005), Nóvoa (1992), Pimenta (1996, 1997, 2002), Cunha (2002), Ferreira (2007, 2009), Alves (2011) entre outros.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de percebermos uma mudança na perspectiva de se olhar para o supervisor hoje, diferentemente do que olhávamos na época do surgimento das habilitações. Esse novo olhar implica em se pensar uma identidade ressignificada para esse profissional.

Diante do exposto, surge a questão que norteia a pesquisa; *quais elementos da formação docente constituem a identidade profissional na função do supervisor pedagógico?* A partir dessa questão, o objetivo da investigação é compreender elementos da formação docente que constituem a identidade profissional na função do supervisor pedagógico.

2. METODOLOGIA

A pesquisa de natureza bibliográfica sugere um conjunto sistemático de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que por isso, não pode ser eventual (LIMA e MIOTO, 2007). O processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto. É a metodologia que explicita as opções teóricas

fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem com relação a ela (MINAYO, 1994, p. 22). Assim, realizar uma pesquisa percebendo a realidade social ativa, contraditória, histórica e ontológica alude na utilização de procedimentos metodológicos importantes na produção do conhecimento e suas relações.

Para tal, a escolha dos dados começou com a adoção de juízo crítico que demarcam a natureza do estudo. As principais fontes que foram consultadas: livros, periódicos, teses, dissertações, coletânea de textos, etc., fundamentam-se no embasamento da discussão, considerando a legislação brasileira no que referencia a formação inicial do pedagogo como supervisor, nos teóricos referendados acima entre outros que contribuem no histórico da função do supervisor pedagógico, formação docente e noção de identidade profissional.

3. HISTORIANDO A FUNÇÃO DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO

O surgimento de uma profissão não se dá de modo espontâneo, especificamente a do Supervisor Pedagógico que aparece no Brasil, num contexto histórico pós-segunda guerra mundial época em que o Brasil e a América Latina se submetiam aos interesses dos Estados Unidos. O governo norte americano inicia então um extenso programa de assistência técnica aos países subdesenvolvidos e entre estes se encontrava o Brasil.

Desse modo, a origem da função do supervisor pedagógico teve início a partir desses acordos internacionais entre o Brasil e os Estados Unidos (MEC-USAID), especificamente o Programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar, PABAEE - que se instalou no Brasil na década de 50 (AGUIAR, 1991, p. 24).

Esta formação se justificava na época, a partir dos seguintes objetivos, conforme explicita Tavares (1980, p. 44);

-introduzir e demonstrar, para os educadores brasileiros, métodos e técnicas utilizadas na educação primária promovendo a análise, aplicação e adaptação dos mesmos, a fim de atender às necessidades comunitárias em relação à educação, por meio do estímulo à iniciativa dos professores;

-criar e adaptar material didático e equipamento com base na análise de recursos disponíveis no Brasil, e em outros países, no campo da educação primária;

-selecionar professores, de competência profissional, eficácia no trabalho e

conhecimentos da língua inglesa a fim de serem enviados aos Estados Unidos para cursos avançados, no campo da educação primária.

Diante do contexto político educacional da época já se sentia a necessidade de modificar o sistema de educação superior. Algumas tentativas foram realizadas, a exemplo da Lei 4.024/61, contudo, não esclareceu o modelo de formação para os Especialistas que se estava querendo. Apenas em seu Art. 52 prevê a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário através do ensino normal.

De acordo com Ferreira, (2009, p. 17) o Artigo 30 da Lei 5.540/68, estabelece a formação de especialistas, conforme as políticas públicas que determinavam as habilitações no currículo de formação do Curso de Pedagogia, determinando os eixos deste Curso e também suas habilitações técnicas: orientação, administração, supervisão, inspeção e planejamento. Estas habilitações conforme características sócio-políticas da época, subdividiam o trabalho pedagógico escolar dificultando uma articulação e/ou a complementação do trabalho dos técnicos educacionais na escola como um todo, resultado de interesses da política educacional que caracterizava a época.

Segundo Medeiros (1987) a Lei 5.692/71, visava preparar a mão de obra para trabalhar tanto na máquina estatal como no mercado, além de especializar o profissional para atender as demandas de iniciativa privada, durante a década de 1970.

A Lei 5.692/71 especificamente em seu Artigo 33 determinou que “a formação de administradores, planejadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação será feita em curso superior de graduação com duração plena ou curta, ou de pós-graduação”.

Importante considerar nesse processo os movimentos articulados pela Associação Nacional de Políticas e Administração Educacional – ANPAE e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE que tiveram forte influência na luta para que estes profissionais tivessem a docência como base da sua formação e assim seu trabalho não se permanecesse tão fragmentado.

Contudo, diante do contexto sócio econômico e político vivenciado no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Pedagogia (2005) e a Resolução CNE/CP nº. 01, de 15 de maio de 2006, se extinguiu do

Curso de Pedagogia as habilitações, entretanto ficou assegurado na organização do curso que além de atuar na docência, o pedagogo pode exercer as funções técnico-pedagógicas nas escolas, bem como em organizações não escolares que possuam atividades educativas. De modo que, atualmente não há habilitações específicas no Curso de Pedagogia.

Entretanto, apesar de extintas as habilitações, estas continuam necessárias no chão da escola. Assim a supervisão escolar, conforme nos evidencia Cunha (2002, p. 93) poderá ressignificar o papel pedagógico da supervisão, distanciando-se do estigma da visão autoritária que a concebeu, ao compreender que “[...] pode caber à supervisão o papel de acompanhar os professores na leitura crítica da própria cultura, tentando a recuperação, em processos coletivos, do sentimento humanizador da educação”.

Nessa compreensão, podemos inferir que o pedagogo, na função do supervisor pedagógico, poderá articular, através das relações na escola, e dentro do projeto educacional existente, a emancipação humanizada do sujeito, no desempenho das suas atividades, oportunizando a reflexão no contexto escolar, das suas práticas docentes, numa perspectiva que vise atingir a educação de qualidade que tanto se deseja.

3.1. O Curso de Pedagogia e a Formação do Supervisor Pedagógico

Em Brzesinski (1996) identificamos que o Curso de Pedagogia teve início durante o Estado Novo caracterizado pelo regime autoritário e uma ideologia antidemocrática e antiliberal que visava erradicar as forças de resistência que existiam no país.

No Brasil, o histórico do Curso de Pedagogia traz explícito em sua finalidade e objeto de estudo como fundante “os processos educativos em escolas e em outros ambientes, sobremaneira a educação de crianças nos anos iniciais de escolarização, além da gestão educacional.” (BRASIL, 2005).

Referendamos a legislação sobre a Reforma Universitária de 1968, que indicou as habilitações no curso de Pedagogia no Brasil. Contudo, antes dessa lei, o curso teve sua regulamentação inicial em 1939, com a lei nº. 1.190, que definia as funções técnicas do ensino dos componentes de conteúdos específicos das diversas áreas, como Ciências Naturais, Humanas, Letras, Químicas e outras, separando o conteúdo da Didática da Pedagogia,

chamado 3+1. Ou seja, após o estudante efetivar 3 anos de formação tornava-se bacharel e para ter a licenciatura realizava mais 1 ano de estudo da Didática.

Aqueles que, formados nos estudos superiores em Pedagogia, podiam assumir funções de orientação, administração, planejamento, avaliação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos órgãos públicos municipais, estaduais e federais (BRASIL, 2005).

A preocupação com a formação inicial dos profissionais da Educação seja para atuar dentro da sala de aula, ou fora dela, em ações conjuntas, sempre estiveram presentes nas indicações do currículo do Curso de Pedagogia, de acordo com as políticas educacionais, no que concerne ao processo de ensinar, aprender, e gerir a escola, num mundo complexo, e dinâmico, com demanda social diversificada, que constituem o universo educacional brasileiro. Assim, “é intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação”. Sendo esta ação do pedagogo, conforme afirma Libâneo (2010, p. 32).

Conforme observamos de acordo com as políticas educacionais, e as demandas da pluralidade de conhecimentos, a função do supervisor, mesmo após as mudanças ocorridas no que se refere à inserção e retirada da habilitação da função de supervisão, seu papel ainda está sendo requerido na escola, pela abrangência de saberes que as atividades por ele realizadas demandam e que perpassam o arcabouço dos estudos teórico-práticos que compõem a formação do Supervisor Pedagógico.

3.2. O Conceito de Supervisão Pedagógica

O ambiente escolar, no qual o docente está inserido, é constituído coletivamente, onde existe a desafiadora prática de relativa autonomia e reflexão das ações indispensáveis para se alcançar uma educação de qualidade com o desenvolvimento humano, social mais amplo.

Desse modo, Brandão (2007, p.11) conceitua a educação enquanto “[...] produção de crenças, ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade”, e nesse contexto se insere esse profissional que toma para si a participação no fortalecimento dessa formação de sociedade.

Segundo Ferreira (1986, p.1631) supervisão significa “ação ou efeito de supervisionar ou

supervisionar; e supervisionar significa dirigir, orientar ou inspecionar em plano superior”. Não foi por acaso que a “profissão” supervisora, surgiu durante a revolução industrial, no século XVIII, quando os operários das fábricas de produção industrial em larga escala necessitavam de alguém para supervisionar os trabalhos, fazer seguir as regras e executar as atividades para a produção do trabalho nas fábricas.

Importante observarmos que quando se transporta para a educação, a supervisão, traz o viés da administração, que a faz ser entendida como gerência que controla o executado, ou seja, a função do supervisor passou a ser exercida como função de controle no processo educacional (FERREIRA, 2007).

Nesse contexto, o modelo de supervisão pedagógica, inicialmente estabelecido através da formação em Pedagogia com habilitações em orientação, administração, supervisão e inspeção, atendidas em observância as necessidades da época (1969), necessita hoje, de reflexões sobre o reconhecimento e destaque das mudanças ocorridas nessa função, nos últimos 45 anos, na qual o docente como supervisor, está situado na multiplicidade de tarefas, em que:

[...] um novo conteúdo, portanto, se impõe, hoje, para a supervisão educacional; novas relações se estabelecem e novos compromissos desafiam os profissionais da educação a uma outra prática não mais voltada só para a qualidade do trabalho pedagógico e suas rigorosas formas de realização, mas também e, sobremaneira, compromissada com a construção de um novo conhecimento – o conhecimento emancipação -, com as políticas públicas e a administração da educação no âmbito mais geral (FERREIRA 2007, p. 237).

Sabidamente, o docente na função de supervisor, teve o estigma de fiscalizador, inspetor, controlador de tarefas a serem seguidas e cumpridas, atuando com a demanda da época, quando na formalização do ensino, pelo Estado, que através de políticas públicas especificaram a formação docente e suas funções. Entretanto, sabemos que, outras posturas profissionais são necessárias para que ele contribua com seu papel de articulador, atuando em diversos papéis, uma vez que:

Hoje não podemos mais ver o educador como o antigo mestre-escola artesão que cuidava de todas as etapas do processo educacional. A escola, atualmente, é um sistema complexo que atende uma clientela imensa e diversificada. Para tanto, o novo educador precisará desempenhar tarefas específicas que possibilitem o funcionamento desse sistema (ALVES 2011,

p. 25).

Entendemos assim que, o pedagogo/supervisor, desempenha na educação, sistema orgânico e dinâmico, função social decorrente das diversas mudanças das políticas públicas educacionais, principalmente no que se refere à formação docente ao longo dos anos, como vemos nas mudanças propostas pela Lei nº. 5.540/68, tendo marco regulatório com o Parecer nº. 252/69, de 11 de abril de 1969, que determinou o currículo mínimo do curso de Pedagogia com suas habilitações em Orientação, Administração, Supervisão, Inspeção e Ensino após reforma universitária (Ferreira, 2009).

Concordamos que o supervisor não substitui outras funções no espaço educativo, mas adquire dimensão abrangente conforme Alarcão (2013, p.52), nos orienta:

não se pretende igualmente que o supervisor substitua o gestor da escola, ou seja, qual for à designação para quem, na escola, assume a função de conduzir seus destinos. Pretende-se, sim, que fazendo parte do coletivo da escola, se responsabilize por organizar, gerir e avaliar a formação dos recursos humanos, com vistas à melhoria da qualidade da educação de acordo com o projeto endógeno à escola.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e a legislação atual, tal como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, são norteadores para formação inicial do pedagogo na função de supervisor e estabelece, de forma a embasar as particularidades da função, nos dias de hoje com diversas atuações do pedagogo: na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Profissional, na modalidade Normal Médio, em organizações não escolares, em serviços que necessitem conhecimentos educativos, desenvolvimento da aprendizagem e da formação humana.

A demanda profissional por indivíduos cada vez mais qualificados, numa sociedade do conhecimento, e ao mesmo tempo, o aumento do desemprego, retoma a formação básica em destaque, conforme Ferreira (2013, p.82) comenta:

[...] enquanto a profissionalização em sentido estrito vem sendo colocada em questão, e cada vez mais nos deparamos com o desemprego de pessoas altamente qualificadas, o ensino básico sobressai como patamar nuclear de conhecimentos que cada vez mais são demandados na contemporaneidade.

Reconhecidamente é na Educação Básica, o espaço em que o supervisor pedagógico atua. E é indispensável que esteja preparado para contribuir com a qualidade da educação dos

alunos e na formação dos professores e ao mesmo se qualificar para atuar profissionalmente, constituindo/instituindo sua identidade profissional docente, na função de supervisor.

4.0. NOÇÕES DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

Acompanhando as modificações que a sociedade vem se adaptando nas formas de compreender o mundo e as pessoas nele inseridas, foi-se instituindo uma nova forma de se ver e de se compreender a identidade.

Nessa perspectiva, a identidade é pensada numa dimensão bem mais ampliada, na qual não se descarta o processo individual do coletivo. O sentimento de identidade é uma dinâmica de conflitos entre o negativo e positivo, durante toda a vida, e essa dualidade contribui para a formação identitária do sujeito. Essa identidade é construída e reconstruída ao longo do tempo, pois o sujeito em sua história aprende a se posicionar livremente, reconhecendo sua identidade historicamente e aplicando o que lhe pode ser útil.

Desse modo, defendemos que a noção de Identidade não se constitui em um conceito linear, no qual possamos identificar um começo, meio e fim. Percebemos que o processo de construção da identidade se assemelha à formação do professor, pois é um processo contínuo, que está constantemente se resignificando, se constituindo, se reconstruindo, se elaborando, haja vista que o ser humano vive em constante articulação entre o seu interior e exterior (ROCHA, 2014, p. 95).

A constituição identitária se dá na relação que a criança estabelece nas suas primeiras vivências com a mãe e, na ação com o mundo. Reconhecemos também que sua aparência física, seus traços inatos caracterizam o pertencimento de filiação genética, mas alguns outros traços são constituídos pela educação e a intervenção relacional. Nesse processo, concordamos com Pereira & Engers, (2009 p. 293) quando dizem que:

[...] uma (re) construção identitária não é a mudança de comportamento mediante influência cultural, mas a necessidade de um processo de introjeção da cultura e de significação com as muitas figuras internalizadas, através de identificação que poderá ser positiva ou negativa.

Assim é que a identidade pode ser entendida como algo que é validado pelo outro, mas que está constituído em nós mesmo desde o nascimento. Sendo o reconhecimento de pertença e de diferença o que permite a construção da identidade. Uma identidade social, em que o

Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p.152-170

olhar do outro faz ser e reconhecer. Assim, a identidade é...

[...] conjunto de símbolos, significados, experiências, rituais, códigos de linguagens e ações práticas que congregam aqueles que, com eles se identificam e por meio deles, revelam uma distinção entre o eu e o outro, nós e eles (SILVA 2012, p. 98).

Essa identidade está presente, nas diferentes profissões, classes sociais, na vida das sociedades e das profissões, que ao longo do tempo se apresentam de forma historicamente diferentes.

Os estudos de Dubar (1997, 2005) sobre a construção das identidades sociais e profissionais parecem-nos de extrema importância para compreendermos a questão da construção da identidade do professor. A noção de identidade concebida pelo autor, implica em compreendê-la como uma articulação entre duas transações: uma “interna” ao indivíduo e uma “externa”, estabelecida entre o indivíduo e as instituições com as quais interagem. Assim, identidade para este autor, é um processo de sucessivas socializações. Portanto, sua construção corresponde ao processo de comunicação ou de socialização que a produz, enquanto:

[...] resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, em conjunto, constroem os indivíduos e definem as instituições (DUBAR, 1997, p.105).

É nesse sentido que para Nóvoa (1992, p.15) a identidade (ser e sentir-se professor) não é um dado, não é uma propriedade, não é um produto, mas um lugar de lutas e conflitos, um espaço de construção de maneiras de ser e estar na profissão.

Complementando essa ideia Brzezinski (2002, p. 9) pensa a identidade do professor, enquanto, fruto de interações sociais complexas nas sociedades contemporâneas, e nas expressões sócio psicológicas, que interage nas aprendizagens, nas formas cognitivas, e nas ações dos seres humanos. Ela define um modo de ser no mundo, num dado momento, numa dada cultura, numa história.

Aguiar (2004, p. 25), acrescenta que a identidade profissional do professor “está ligada às representações sociais sobre ele, ou seja, as ideias, as crenças que a comunidade e os professores têm sobre os trabalhos que desenvolvem”. Salienta ainda a autora que, na formação de professores, “essa identidade associa-se ao sentimento e à consciência de

pertencer a um grupo, de ser um profissional que interage com as representações sociais sobre sua identidade”. Dessa forma, a consciência de “ser professor e profissional da educação” é histórica, situando-se numa época e num local determinado.

Pimenta (2002) acrescenta ainda que o processo de construção da identidade tem um caráter eminentemente histórico, ou seja, o sujeito localizado no tempo e no espaço, por meio da sua ação, constrói, cria o conhecimento e o seu fazer profissional, dentro das possibilidades de seu determinante espaço histórico-cultural.

Compreendemos assim que, de acordo com as circunstâncias e exigências postas pela sociedade em uma determinada época, o fazer profissional tem, historicamente, maneiras diferentes de atuação. Nesse sentido, Nóvoa (1992) ressalta que a identidade não é um construto histórico desde a antiguidade, o que significa que ao longo do tempo veio recebendo influências da época e passando por mudanças. Essas mudanças, experiências e ensinamentos foram transmitidos pelas gerações adultas de professores para os mais jovens, possibilitando-lhes a inserção no processo de aprendizagem didático-pedagógica. Sendo o homem um ser relacional, quando em contato com os seus semelhantes, ele comunica as transformações por ele gravadas na natureza, entendidas como cultura produzida.

Conforme vimos recorrendo reconhecemos que a identidade do sujeito se constrói não apenas socialmente, como nas profissões, mas também como um ser biológico e psicológico que se integra ao sujeito profissional, alguém com marcas, registros, formação, experiências e vivências pessoais que carrega em si, uma constituição de identidade e personalidade. Tratando o processo identitário profissional com a identidade do sujeito já estabelecida em suas relações humanas anteriores, mas que está sempre em processo de (re) adaptação.

Dubar (2005) ao pensar à noção de identidade profissional apresenta a dualidade da identidade, ou seja, uma identidade para si e uma identidade social, para os outros. Sendo o processo de socialização, segundo o autor, algo fundamental na formação e construção desse processo identitário. Ele também nos apresenta que a coletividade, o social, interfere no processo identitário nas profissões através dos tempos, no estudo da sociologia das profissões, apresentando um histórico econômico e social de transformações profissionais, que desenvolve a identidade profissional e coletiva num sentimento de pertença, integrante de

introjeções profissionais caracterizando-o coletivamente.

Também Aguiar (2004, p. 77), defende que o conceito de identidade profissional relaciona-se ao mundo ocupacional, integrando os estudos que dizem respeito à socialização profissional, os quais se concentram nos processos de adaptação do profissional ao seu meio.

Em outros estudos Rocha (2014) identifica que uma das formas de aprender esses processos acontece durante a formação docente, e nesse contexto, de acordo com os estudos de Pimenta (2002) apresenta três passos a serem seguidos nos cursos de Didática, que se propõem a mediar o processo de construção da identidade dos futuros professores.

O *primeiro passo* consistiria na mobilização dos saberes da sua *experiência*, acumulados como profissional, ou seja, os saberes produzidos pelo docente no seu cotidiano, num processo constante de reflexão crítica. Dessa forma, o desafio posto aos cursos de formação inicial é o de colaborar no processo de passagem dos alunos de seu ver o professor como aluno a seu ver-se como professor, isto é, de construir a sua identidade de professor.

O *segundo passo* refere-se ao *conhecimento* ou ao domínio das áreas específicas. A tarefa do professor é, pois, a produção de conhecimentos e a criação de condições para que essa ocorra. Tudo isso exige uma conscientização quanto ao poder influenciador-direcionador e determinante do conhecimento – em relação à vida material e social dos indivíduos da sociedade, independente do seu grau de desenvolvimento.

O *terceiro passo* na construção da identidade aponta para os *saberes pedagógicos*. Saber ensinar pressupõe experiência, conhecimentos específicos e saberes pedagógicos didáticos (PIMENTA, 2002 p.19-27).

É nesse tripé que podemos apoiar a formação do profissional docente e atribuir-lhe uma identidade. Na análise da história da formação dos professores, esses saberes têm sido trabalhados de forma fragmentada, desarticulada, ou seja, conforme a época, um saber se sobressai em relação ao outro, prioriza-se mais determinado saber, em detrimento de outro.

Entendemos que essa identidade é fruto das experiências particulares e coletivas, onde o modo como o outro nos define interfere subjetivamente na forma como nos percebemos. O sujeito constrói sua identidade a partir do que pensa sobre si mesmo e o que os outros pensam sobre ele.

Nessa compreensão, a identidade parte da construção da história pessoal do sujeito sob

a influência do cenário do trabalho nas relações hierárquicas e coletivas estabelecidas em seu quefazer. Considerando a perspectiva de que a identidade profissional é, de acordo com Dubar (2005, p. 136) “instável e provisória, individual e coletiva, subjetiva e objetiva, biográfica e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”, então nesse sentido, a escolha de ser docente e, constituir a identidade profissional está no processo de estruturação dos papéis assumidos, das escolhas e através das mudanças sociais e das transformações identitárias que acontecem ao longo do tempo, com as mudanças dos modos produtivos e conseqüentemente das profissões.

De acordo com os estudos realizados observamos que as variações das identidades provenientes das profissões repercutem na identidade do sujeito, assim é que o papel do supervisor, formado inicialmente como docente seja em Pedagogia ou Licenciaturas outras, os conceitos apreendidos em sua formação inicial e continuada são tornam-se necessários para compreender a realidade social instituída na prática da função do docente supervisor que, para isso, é indispensável refletir sobre a própria prática, seus valores, seu modo de situar-se no mundo, e a partir destes transformar e (re)construir os saberes dentro do processo contínuo de construção das identidades.

Assim é que nos referendamos em Pimenta (1997, p. 7), ao afirmar que:

[...] a identidade não é um dado imutável. Nem externo, que possa ser adquirido. Mas, é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão do professor, como as demais, emerge em dado contexto e momento histórico, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade. Assim, algumas profissões deixaram de existir e outras surgiram nos tempos atuais. Outras adquirem tal poder legal, que se cristalizam a ponto de permanecerem com práticas altamente formalizadas e significado burocrático. Outras não chegam a desaparecer, mas se transformam adquirindo novas características para responderem a novas demandas da sociedade.

A identidade docente tem em sua formação inicial, as características que a legitima pelo “ser e fazer docente”, contudo pode ser transformada e dinamicamente ressignificada no próprio processo de profissionalização, através da qualificação nos cursos de formação continuada, realizados em diversas instituições que oportunizam a melhoria no desempenho das competências profissionais, através da reflexão da prática, e dos saberes profissionais que fundam e constituem a profissionalidade docente.

Desse modo, percebemos que a identidade do supervisor pedagógico, que se inicia na formação docente, tem a docência como indissociável à sua prática, contudo, vem se constituindo e se reafirmando nas diferentes atuações e atribuições que realiza nos espaços escolares, e que agrega saberes oriundos das formações continuadas, das trocas significativas com as diferentes pessoas, com seus pares; com seus interlocutores; além das experiências realizadas com práticas sociais; nas quais experiências e vivências são compartilhadas no sentido em que “ser e estar docente” ao mesmo tempo em que constitui “sendo e estando supervisor pedagógico”, assim é que vai se constituindo, se refazendo, se identificando, com os saberes necessários e específicos ao seu processo identitário como docente na função de supervisor pedagógico.

5. CONSIDERAÇÕES

Ao longo do texto, discorremos sobre alguns aspectos que na formação docente são estruturantes na construção da identidade profissional do supervisor pedagógico.

Diante dos estudos apresentados, percebemos que a identidade docente na função do supervisor pedagógico vem se (re) construindo ao longo do tempo, juntamente com as mudanças políticas educacionais no Brasil, e com as mudanças sociais que repercutem no espaço escolar. Destacamos ainda que o processo identitário do supervisor, formado inicialmente em Pedagogia, diferentemente daqueles que atuam sem terem cursado o referido curso, mudou e continua transformando-se ao longo do tempo e que nos dias de hoje, necessita de formação continuada para atender a demanda exigida durante o exercício profissional que objetiva uma educação de qualidade para todos.

Entendendo ainda que, o processo de construção dessa identidade profissional está imbricado ao grupo de pertença e, ao reconhecimento de si e, do olhar que o outro o atribui. E que o processo de construção identitária ocorre durante toda a vida pessoal e profissional do indivíduo. Podemos supor que, alguns dos elementos que contribuem para a constituição da identidade profissional do supervisor, se fundam na sua formação inicial no curso de Pedagogia. Tal fato se justifica pela característica peculiar que este curso detém - a docência - e esta se reveste de elementos que circunscrevem o fazer dos profissionais que fazem parte da organização da escola como um todo.

Percebemos assim, que na construção da identidade do supervisor pedagógico encontram-se imbricados entre elementos que a constituem aspectos que o curso de Pedagogia proporciona ao profissional que dele se utiliza, pois promove uma perspectiva que o diferencia em aspectos, tais como; organização do trabalho pedagógico, percepção das necessidades do outro, condições de planejar, articular, pensar, analisar e executar ações que favorecem a construção do ser humano no que ele tem de melhor. Além de refletir sobre o saber fazer dos docentes propondo/articulando novas maneiras de se fazer e pensar o trabalho docente, ressignificando práticas, saberes e atitudes de modo que rebatam nos aspectos filosóficos, políticos, econômicos sociais que interferem no cotidiano da escola. Tais elementos que configuram o “fazer do supervisor” tem raízes na formação inicial e fazem o diferencial e ao mesmo tempo especificam esse fazer, que os supervisores lutam para que seja definido.

Desse modo, compreendendo que se o exercício profissional do supervisor tem raízes na sua formação inicial, e a constituição da sua identidade está relacionada na formação inicial e formação continuada, quanto na atuação que exerce nas escolas, que lhes permite vivenciar experiências pessoais e profissionais, construindo nas relações estabelecidas entre seus pares, nos diálogos, nas reflexões realizadas sobre sua atuação, durante esse processo um contínuo de ressignificar e ressignificar-se em sua identidade pessoal e profissional.

Por fim, de acordo com o que foi exposto, percebemos que a construção da identidade do supervisor pedagógico é historicamente validada, todavia, vem sendo transformada ao longo do tempo acompanhando as mudanças pessoais, sociais, culturais e profissionais, que a sociedade vem transitando, além das políticas de formação e a complexidade da educação escolar. Deste modo, pensamos que este artigo constitui um desenho atual, do processo identitário que o docente, na função do supervisor pedagógico vem atravessando, e buscando definir seu papel, função social e status profissional tentando atender as necessidades que a sociedade vem a exigir hoje. Portanto essa identidade em construção busca cada vez mais, distanciar-se da imagem daquele supervisor, que marcou a Pedagogia numa perspectiva tecnicista, e hoje se constitui um novo profissional, reflexivo, autônomo, democrático e articulador em busca do crescimento e qualificação e ao mesmo tempo vem se afirmando e reafirmando, construindo/reconstruindo, sua identidade profissional de supervisor

pedagógico, tentando definir sua função e atribuição no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. da S. **Supervisão escolar e política educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

AGUIAR, M. C. C. **A formação contínua docente como elemento na construção de sua identidade**. 2004. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) Universidade do Porto, Portugal, 2004.

ALARCÃO, I. Do olhar superviso ao olhar sobre a supervisão. In: RANGEL, M. (org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

ALVES, N. (Coord.) **Educação & Supervisão: o trabalho coletivo na escola**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL, Conselho Federal de Educação. Parecer n. 252/69. **Currículos Mínimos dos Cursos de Graduação em Pedagogia**. Relator Valnir Chagas. Documenta, Brasília, n. 100, p. 101-179. 1969.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Relatório sobre Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**. Parecer CNE/CP n. 05/2005, de 13/12/2005. Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e Licenciaturas**. Resolução CNE/CP n. 01/2006, de 15/05/2006. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Reforma Universitária**. n. 5.540/68, de 28/11/1968. Brasília: 1968.

_____. Senado Federal. **Lei sobre as Finalidade dos Cursos de Filosofia, Matemática, Física, Química, História, Geografia, Ciências Sociais, Letras, Pedagogia e Didática**. n. 1.190/39, de 04/04/1939. Brasília: 1971.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases do 1º e 2º Graus**. n. 5.692/71, de 11/08/1971. Brasília: 1971.

Revista de **Administração Educacional**, Recife, V. 1 . Nº 1 . 2015 jan./jun 2015 p.152-170

_____. Senado Federal. **Conselho Federal de Educação**. n. 4.024/61, de 11/04/1961. Brasília: 1961.

_____. Senado Federal. **Profissionalização do Ensino do 2º Grau**. n. 7.044/82, de 18/10/1982. Brasília: 1982.

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. n. 9.394/96. Brasília: 1996.

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. (org) **Profissão Professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano Editora, 2002.

CUNHA, M. I. Ação Supervisora e Formação Continuada de Professores: uma resignificação necessária. In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. A. da S. (orgs). **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2002.

DUBAR, C. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. Porto: Porto Editora, LDA, 1997.

_____. **A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, N. S. C. **Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Supervisão educacional: uma reflexão crítica**. 14. ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

_____. Supervisão educacional: novas exigências, novos conceitos, novos significados. In: RANGEL, M. (org.) **Supervisão pedagógica: princípios e práticas**. 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, C. S. de. MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**. Florianópolis. v. 10, n. Esp. p. 37-45, 2007.

MEDEIROS, L. **Supervisão Educacional**: possibilidades e limites. São Paulo Cortez/Autores Associados, 1987.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.

PEREIRA, G. A. & ENGERS, M. E. **Identidade profissional docente**: uma construção histórica-sociocultural. *Educação*. v. 32, n. 3, p. 291-310, Porto Alegre, 2009.

PIMENTA, S. G. **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Formação de professores**: saberes da docência e identidade de professores. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72-89, jul/dez, 1996.

PIMENTA, S. G. ANASTASIOU, L das G. Docência no Ensino Superior: problematização. In: PIMENTA, S. G. ANASTASIOU, L das G. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

ROCHA, A. M. C. **Docência na universidade**: influências atribuídas a professores referência a partir da formação, construção da identidade profissional e profissionalidade docente. 2014. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Recife: UFPE, 2014.

SILVA, M. A. **Educadores e educandos**: tempos históricos. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

TAVARES, José Nilo. Educação e imperialismo no Brasil. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.